

# POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NAS ESCOLAS DO CAPARAÓ CAPIXABA

Suélen Rodrigues de Freitas Costa <sup>1</sup>  
Simone Aparecida Fernandes Anastácio <sup>2</sup>

## RESUMO

Este resumo apresenta os resultados de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores (PPGEEDUC) da Universidade Federal do Espírito Santo. O objetivo geral da pesquisa é analisar como as políticas de Educação voltadas para os estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), nos municípios do Caparaó Capixaba estão sendo implementadas. O estudo fundamenta-se em autores que tratam de políticas de educação especial, como Kassar, Prieto, Garcia e outros. Para tanto, nossa metodologia, pauta-se em uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, com análise documental e entrevistas semiestruturadas voltadas às Políticas Municipais de Educação Especial. Participaram da pesquisa, profissionais da educação de três municípios da região do Caparaó Capixaba. Sendo quatro (04) professores de Educação Especial, quatro (04) professores de sala regular, três (03) coordenadores pedagógicos, uma (01) pedagoga e três (03) representantes das Secretarias de Educação, responsáveis pela Educação Especial de cada município. A análise dos dados segue os princípios da técnica de análise de conteúdo de Bardin, a partir das transcrições das entrevistas. Os resultados indicam uma oferta educacional que não atende às necessidades dos estudantes e, muitas vezes, os exclui dentro da escola, devido à falta de diretrizes, de recursos de acessibilidade, de práticas adequadas e de profissionais qualificados. Há falhas no processo de formação docente e no relacionamento entre a Universidade e as redes municipais, sendo necessário estabelecer/estreitar vínculos entre esses órgãos. Essas constatações indicam a necessidade de uma reformulação das políticas públicas com o objetivo de sistematizar práticas pedagógicas escolares eficazes, através de investimentos em infraestrutura, em formação docente e de diretrizes claras para a inclusão escolar.

**Palavras-chave:** Educação Especial, Política Pública, autismo, aprendizagem.

## INTRODUÇÃO

Apesar de muitas fragilidades relacionadas às políticas, o Brasil possui uma história de avanços no que se refere à Educação Especial (Kassar, 2023). Diversos dispositivos legais (Lei nº 9394/96<sup>3</sup>, Lei nº 13.005/2014<sup>4</sup>, Lei nº 13.146/2015<sup>5</sup>) reafirmam o direito social de uma educação de qualidade e a adoção de medidas para garantir este direito. A Lei nº 12.764/12,

---

<sup>1</sup> Mestranda do Curso de Pós Graduação em Ensino Educação Básica e Formação de Professores – PPGEEDUC da Universidade Federal do Espírito Santo UFES, [suelenfreitas70@hotmail.com](mailto:suelenfreitas70@hotmail.com).

<sup>2</sup> Orientadora - Professora Doutora, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, [simonef.ufes@gmail.com](mailto:simonef.ufes@gmail.com).

<sup>3</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

<sup>4</sup> Plano Nacional de Educação 2014-2024.

<sup>5</sup> Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

voltada às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), reforça o direito de acesso e permanência desses estudantes no ensino comum.

Entretanto, mesmo diante desses dispositivos, a inclusão dos estudantes com TEA no ensino comum é cheia de obstáculos (Santos, 2020). “O panorama brasileiro continua apresentando assimetrias no acesso, qualidade e permanência de estudantes, em todas as etapas e modalidades da educação” (Brasil, 2024, p. 29).

Diante dessa realidade, este trabalho pretende compreender e tornar público, como as Políticas Públicas Municipais, voltadas aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista, tem se configurado nos municípios de Guaçuí, Ibitirama e Iúna, na região do Caparaó Capixaba, tendo em vista o crescimento de matrículas desses estudantes no ensino comum e a carência de pesquisas envolvendo esta temática nesta região. Além disso, elencamos desafios e propostas, que entrelaçam a interferência das Políticas Públicas Educacionais adotadas e a qualidade dos serviços ofertados ao público com autismo. A partir dos resultados obtidos, apresentamos alternativas que contribuam para melhorar a qualidade desses serviços.

## **METODOLOGIA**

Por se propor a estudar, compreender e revelar a multiplicidade de dimensões presentes em determinada situação, usando uma variedade de fontes de informação, procurando representar os diferentes pontos de vista presentes numa situação social (Lüdke; André, 1996), nossa pesquisa configura-se como um estudo de caso, com elementos da pesquisa documental. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Campus de Alegre da Universidade Federal do Espírito Santo. O estudo envolveu duas etapas, que foram realizadas de forma simultânea, conforme sugere Bowe *et al.* (1992). A etapa de análise documental seguiu as fases de análise sugeridas por Cellard (2012).

Da etapa de entrevistas, participaram 15 (quinze) profissionais da educação, dos três municípios, sendo eles, técnicos da SEME responsáveis pela Educação Especial, professores de Educação Especial e/ou AEE, professores regentes de classe do ensino fundamental e coordenadores pedagógicos/pedagogos. Conforme o tipo de entrevista, utilizamos a entrevista semiestruturada, que aproxima o entrevistador e o entrevistado tornando possível uma exploração mais aprofundada do objeto de investigação (Laville e Dionne, 2007).

A análise de dados fundamentou-se na Análise de Conteúdo (AC), conforme as etapas propostas por Bardin (1977): pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados;

inferência e interpretação. Na transcrição das entrevistas, consideramos as etapas propostas por Azevedo et al. (2017), ou seja, preparar, conhecer, escrever, editar, rever e finalizar.

## REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, inúmeros documentos se referem à construção de “sistemas educacionais inclusivos” em todos os níveis (Kassar, 2011). A garantia de acesso à educação/escolarização de estudantes com deficiência em salas de aula comuns, com Atendimento Educacional Especializado, é um avanço, mas essa política apresenta limitações, por envolver, muitas vezes, circunstâncias econômicas e interesses demagógicos (Kassar, Lockmann e Rebelo, 2023).

Apesar da escassez de pesquisas voltadas às Políticas Públicas da região do Caparaó Capixaba, tanto no estado do Espírito Santo quanto em nível nacional, as políticas educacionais são sedutoras, todavia, têm contribuído para a intensificação da alienação na sociedade capitalista, tanto na formação dos estudantes, quanto no trabalho docente, destituindo a prática educativa de sua dimensão política e pedagógica (Chiote, 2017).

Com relação ao estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no estado do Espírito Santo, a escolarização não tem sido uma ferramenta eficaz para a superação das limitações sociais e culturais que surgem. Ainda existe um descrédito relacionado às potencialidades desses estudantes e sua participação na vida social produtiva. Além disso, a lógica gerencial, assumida pelo Estado do Espírito Santo, tem configurado a progressão automática dos estudantes com autismo, sem a sistematização, o registro das aprendizagens e práticas docentes adequadas à desses estudantes (Chiote, 2017).

A nível nacional, há uma hegemonia na ideia de inclusão escolar, mas, na prática, a inclusão se aproxima mais da exclusão e da segregação (Castanha, 2016). Ainda existem muitas lacunas para a inclusão e participação de crianças com autismo, indicando um processo inclusivo incompleto (Camurça, 2017).

Isso ocorre, pois a legislação brasileira não apresenta diretrizes claras para a inclusão escolar, o que resulta em dificuldades que não são superadas e leva à judicialização de diversas questões relativas ao atendimento de estudantes com TEA (Tibyriça, 2019). As ações civis públicas são uma das formas encontradas pelas famílias de estudantes autistas que se sentiram discriminadas e excluídas da prática escolar (Santos, 2020).

Diante dessas constatações, é importante investigar as políticas públicas voltadas aos estudantes com autismo, de modo a traçar um perfil da região e contribuir para que os sujeitos da pesquisa encontrem alternativas que favoreçam a formação escolar de estudantes com TEA.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em se tratando do estado do Espírito Santo e dos municípios do Caparaó Capixaba, os dados do Censo Escolar da Educação Básica 2023, destacam que no estado do Espírito Santo, o número de matrículas de estudantes com autismo cresceu de forma gigantesca, saltando de 3.507 matrículas, no ano de 2018, para 18.919, no ano de 2023. Considerando a soma de todos os municípios do Caparaó Capixaba, o crescimento no número de matrículas de estudantes com autismo também chamou a atenção. Saindo de 97 matrículas em 2018, para 632, registradas em 2023 (INEP, 2024<sup>6</sup>).

Apesar do grande crescimento no número de matrículas de estudantes com autismo na região, percebemos poucas ações voltadas à melhoria do atendimento oferecido nas escolas para estes estudantes. Apesar da criação de algumas leis e orientações que aparecem timidamente, nos três municípios investigados, constatamos formação insuficiente dos docentes que atendem estes estudantes. Constatamos, também, número insuficiente de professores de Educação Especial e/ou de cuidadores<sup>7</sup>. No município de Ibitirama constatamos, ausência de tradutores e/ou intérpretes de Libras e/ou Braille.

No período de pesquisa, nenhum dos municípios possuía Política de Educação Especial. Apenas o município de Guaçuí estava em processo de elaboração das Diretrizes de Educação Especial. A gestão dos três municípios informou seguir as Diretrizes adotadas pelo governo do Estado do Espírito Santo. Todavia, ao analisar as diretrizes do estado, principalmente quanto ao número de estudantes atendidos por carga horária do professor, percebemos que a prática não seguia o proposto nas diretrizes indicadas. Em Iúna, constatamos precariedade nas salas de recursos, com comprometimentos estruturais e ausência de recursos básicos. No município de Ibitirama, constatamos ausência de salas de recursos e o desvio de função, onde o professor de Educação Especial deixava de atender os estudantes, para ficar na sala de aula de professores que precisavam faltar, por alguma razão.

Quanto a ausência de Políticas específicas e/ou de cumprimento da política informada, constatamos fragilidades nos três municípios. Os profissionais vão atendendo outras demandas, como as avaliações externas, e a Educação Especial acaba ficando para depois. Por esta razão,

---

<sup>6</sup> Os dados aqui apresentados foram obtidos pela pesquisadora, mediante protocolo 23546.018627/2024-31, referente a Lei de Acesso à Informação (LAI), realizado no site <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br>

<sup>7</sup> Na região, denomina-se cuidador a pessoa encarregada dos cuidados pessoais voltados a higiene, locomoção e alimentação dos estudantes.

nos três municípios, percebemos que o estudante com TEA, muitas vezes, é deixado no cantinho da sala e não participa de atividades externas e/ou extracurriculares.

Além disso, os participantes da pesquisa consideram, que a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), deveria desenvolver mais ações de formação e parceria, nesta área, junto aos municípios da região, uma vez que as ações da Universidade ficam muito restritas ao seu espaço.

Os resultados ainda evidenciaram a necessidade de melhorar as políticas de financiamento da Educação Especial. Não encontramos dados claros sobre os investimentos nesta área e constatamos ausência e/ou oferta insuficiente de acessibilidade em suas diversas formas, indo desde a arquitetônica até a atitudinal e metodológica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos contextos ou arenas em que a política é elaborada e implementada, produz efeitos, gera estratégias e cria estratégias políticas. Os dados apresentados nesta pesquisa revelam a realidade das políticas públicas voltadas para as pessoas com autismo na região do Caparaó Capixaba, despertando a reflexão e preocupação, afinal, a implementação de uma Política de Educação Especial requer a superação de diversos obstáculos.

Nos municípios investigados, ainda existem lacunas no cumprimento das Leis vigentes e um descaso por parte de alguns gestores, que ainda tratam o público da Educação Especial como um subgrupo, que tem sido negligenciado, devido às suas particularidades não atenderem à missão gerencial que as escolas têm assumido. Constatamos fragilidades que envolvem desde questões arquitetônicas até a falta de preparo profissional.

Por meio dos dados apresentados, objetivamos, além de estimular a reflexão e melhoria das ações dos gestores locais, estimular o desenvolvimento de mais estudos acadêmicos voltados ao autismo e às Políticas Públicas na região do Caparaó Capixaba, a fim de gerar novas reflexões, permitindo que a pesquisa científica permaneça em andamento estimulando a garantia de uma Educação equitativa e de qualidade a todos os estudantes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conferência Nacional de Educação. Anais da Conferência Nacional de Educação (Conae) 2024. Documento final. **Plano Nacional de Educação (2024-2034):** política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável (2024, Brasília, DF). –V.1 Brasília: MEC, 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conferencias/conae-2024/documento-referencia.pdf> Acesso em: 11 mar. 2024.

CAMURÇA, Tatiana Apolinário. **Política nacional de educação inclusiva na perspectiva da lei de proteção aos direitos da pessoa com autismo: a realidade de uma unidade escolar de Fortaleza**. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2017) - Universidade Estadual do Ceará 2017. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=87753>> Acesso em: 14 de março de 2024

CASTANHA, Juliane Gorete Zanco. **A trajetória do autismo na educação: da criação das associações à regulamentação da política de proteção (1983-2014)**. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, 2016. Disponível em: [https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3388/5/Juliane\\_Castanha2016.pdf](https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3388/5/Juliane_Castanha2016.pdf) Acesso em: 13 mar. 2024.

CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti. **A escolarização do aluno com autismo no ensino médio no contexto das políticas de educação especial no Estado do Espírito Santo**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação. 2017. 248 f. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/7c79fd3a-7530-45c3-9cff-62b595220b40/content> Acesso em: 14 mar. 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2023**. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023> Acesso em: 14 mar. 2024.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. A formação de professores para a educação inclusiva e os possíveis impactos na escolarização de alunos com deficiências. **Cadernos CEDES**, 34(93), 2014, 207–224. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622014000200005> Acesso em: 6 out. 2023.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1550/155021076005.pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. LOCKMANN, Kamila. REBELO, Andressa. Santos. Entrevista com a Professora Mônica de Carvalho Magalhães Kassar: Políticas de Educação Especial no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Corumbá, v.29, e0229, p.219-228, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/KQP7HdrbTbQL7cXg5J8Tpxx/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 29 out. 2023.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 17(spe1), 2011, 41–58. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382011000400005> Acesso em: 28 out. 2023.

SANTOS, Samuel Alves. **O direito à educação dos autistas e novas formas de suplício**. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP : [s.n.], 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2020.1129280> Acesso em: 14 mar. 2024.

TIBYRIÇÁ, Renata Flores. **As medidas de apoio para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista nas escolas públicas na cidade de São Paulo : análise a partir do direito e da educação brasileira e portuguesa comparados**. 2019. 192 f. Tese (Doutorado em Distúrbios do Desenvolvimento) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://dspace.mackenzie.br/handle/10899/24572>. Acesso em: 14 mar. 2024.